

BORBA, Manuel

* dep. fed. PE 1912-1915; gov. PE 1915-1919; sen. SE 1920-1928.

Manuel Antônio Pereira Borba nasceu no engenho de Paquivira, próximo a Timbaúba (PE), no dia 19 de março de 1864, filho de Simão Velho Pereira Borba e de Inês Maria de Andrade Lima. Sua mãe era sobrinha-neta do chefe da Revolução Republicana de 1817, José de Barros Lima, o Leão Coroado. Era primo do revolucionário praieiro Manuel Pereira de Moraes.

Em 1871 iniciou os estudos primários no Colégio Professor Demétrio de Toledo, na cidade de Pilar (PB). Em 1875 voltou para Pernambuco para continuar os estudos no Colégio Professor Albino Meira, em Recife, passando em 1879 para o Colégio Pernambucano, onde fez o curso de humanidades. Em 1883 matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife. Durante o curso, ao lado de Martins Júnior, Joaquim Nabuco e Maciel Pinheiro, dedicou-se às campanhas abolicionista e republicana, seguindo assim o pensamento político de seu pai, que não utilizava mão de obra escrava em seu engenho. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais em 1887, e no ano seguinte dirigiu ao eleitorado do 4º Distrito de Pernambuco (Goiana) um bem elaborado manifesto republicano que teve a assinatura de 36 eleitores. Em 1889 tornou-se promotor em Timbaúba (PE) e ali iniciou a carreira de advogado.

Proclamada a República (15/11/1889), no governo de Albino Gonçalves Meira (abril a junho de 1890) foi promotor em Recife. Afastou-se do cargo para se defender de acusações feitas pelo então juiz de Timbaúba, Lourenço Bezerra Vieira de Melo, seu inimigo político. Em 1891 foi eleito deputado à Câmara estadual de Pernambuco na legenda do Partido Republicano, chefiado por Martins Júnior. Na sua passagem pela Câmara fez parte das comissões permanentes de Contas e Despesas, de Inquérito e de outras comissões especiais. Em 1893 renunciou ao mandato e afastou-se do meio político por 18 anos, passando a dedicar-se a atividades na indústria e na agricultura.

Assim, ainda em 1893 fez sociedade com os amigos Manuel Aurélio T. de Gouveia, Manuel Marques e Barbosa Cordeiro para erguer uma fábrica de tecidos em Goiana. A

fábrica foi inaugurada em 1894, com grandes festas e esperanças de progresso e benefícios para a população da cidade. Juntamente com os amigos Edward Johnson e Henrique Bernardes, em 1902 arquitetou a compra de um automóvel que serviria aos moradores da cidade, organizando daí a Companhia de Transportes de Goiana, empreendimento ousado e moderno para a época. Em 1904, pensando em melhorar a pecuária naquela zona, comprou no sul do país o boi Zebu, de raça nobre, para cruzamento e reprodução de um gado melhor. Voltou ao cenário político em 1911 com a queda do “rosismo”, ou seja, do domínio de Francisco de Assis Rosa e Silva sobre o estado de Pernambuco, um domínio quase que absolutista, já que governador, deputados e altos funcionários públicos só eram eleitos ou nomeados com a sua aquiescência. O partido oposicionista tomou então a iniciativa de mudar a situação política do estado, e começaram as trocas de idéias e as confabulações que terminaram com o surgimento, no Sul do país, do nome do general pernambucano Emídio Dantas Barreto como candidato a governador. Dantas Barreto era ministro da Guerra e venceu a eleição, como disse Raul Azevedo, por ser considerado privilegiado pelo presidente da República, o marechal Hermes da Fonseca, seu amigo íntimo e irmão de armas.

Com a vitória do general Dantas Barreto, a quem dedicou total apoio político, Manuel Borba teve seu nome apresentado para ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Em 1912 foi eleito deputado federal por Pernambuco e foi escolhido líder da bancada. Três anos depois, foi escolhido por unanimidade pela bancada pernambucana para suceder ao general Dantas Barreto no governo do estado. Eleito, tomou posse em 18 de dezembro de 1915.

Em seu governo, colocou como metas a comunicação entre as diversas áreas do estado, com a abertura de estradas ligando a capital ao interior; a construção de pontes de cimento armado; e a criação da imprensa oficial para a redução das despesas com pagamentos a jornais particulares para dar à população as informações necessárias ao funcionamento do governo. Foi assim criado o primeiro jornal diário do estado, lançado no dia 14 de janeiro de 1916. Preocupou-se também com a instrução da população, promulgando a Lei nº 1.389,

que obrigava as indústrias a manter escolas primárias para os filhos dos funcionários. Foram feitos livros de acordo com a realidade das crianças, atentando para as necessidades rurais e urbanas, e aplicando o conhecimento dentro dos diferentes tipos de vivência. Foram erguidas e conservadas escolas, e foi construída a Escola Normal do Recife.

Também durante seu governo grandes reformas foram feitas nas penitenciárias de Pernambuco, com a criação de oficinas para os detentos – marcenaria, carpintaria, serralharia, sapataria, encadernação, cartonagem, alfaiataria e lavanderia. Cada detento era colocado na oficina para a qual tivesse vocação e recebia pagamento pelos trabalhos realizados; o pagamento era dividido, sendo a maior parte destinada à família do presidiário; o restante era depositado na Caixa Econômica de Pernambuco, e seria entregue no momento em que o indivíduo saísse em liberdade. Foi o primeiro governador a visitar a ilha de Fernando de Noronha, na época em que a ilha funcionava como uma penitenciária e os próprios detentos eram responsáveis pela produção de sua subsistência e recreação.

Seu governo foi ainda responsável pela concretização de algumas obras públicas até hoje muito importantes para a população pernambucana, como as pontes de Caxangá, Barão de Lucena e Madalena, entre outras. Na área da saúde, alcançou êxito com as políticas de higienização, controlando as doenças endêmicas da época: febre amarela, peste negra e varíola. Fortaleceu também o funcionalismo público com uma série de medidas: aumentou em 20% os vencimentos dos funcionários; reduziu de dez para cinco por cento a contribuição cobrada a título de novos e velhos direitos; suprimiu o imposto adicional de 20% que gravava a mesma contribuição e cedeu a renda proveniente à caixa Montepio; abonou as faltas do funcionalismo por ocasião da epidemia de influenza; permitiu na mesma ocasião o adiantamento de vencimentos, a ser amortizado pelos próprios funcionários; promoveu a reparação e o reconhecimento de direitos adquiridos e postergados em outras administrações. Em 1917 começou a desenvolver os trabalhos para a fundação de um horto florestal em Dois Irmãos – ainda em funcionamento atualmente.

Também em 1917 começou a se desentender com Dantas Barreto, pois este desejava que o governo do estado fosse apenas representativo, com um chefe aparente, cabendo-lhe ser o

real governante. Em 18 de dezembro de 1919 encerrou seu governo em Pernambuco, tendo como sucessor José Rufino Bezerra Cavalcanti. No ano seguinte foi eleito para o Senado Federal, ocupando a cadeira de José Rufino.

Em 27 de março de 1922, morreu em Recife o governador José Rufino. Sua morte, após longa enfermidade, determinou o início da disputa pelo governo estadual. Com o apoio de Manuel Borba, foi lançada a candidatura situacionista do senador José Henrique Carneiro da Cunha. Por seu lado, a oposição apresentou como candidato Eduardo de Lima Castro. Apesar da tensão, a eleição transcorreu sem maiores incidentes, saindo vitorioso o senador Carneiro da Cunha. Esse resultado foi porém contestado pela oposição, e a partir do dia seguinte começaram as desordens, com a participação de forças militares de um e de outro lado. Diante da ameaça de intervenção em Pernambuco, as duas facções entraram em acordo, e o juiz Sérgio Lins de Barros Loreto foi eleito governador do estado e empossado em 18 de outubro.

Ainda como senador, quando foi apresentada a Lei de Imprensa no Senado Federal, Manuel Borba se pronunciou contra o projeto. Pensava ele que a livre manifestação de pensamento pela imprensa, sem dependência de censura, tal como consagrava a Constituição, não poderia sofrer as restrições. Em seu modo de ver o projeto atentava contra os princípios fundamentais e essenciais do sistema democrático, infringia a Constituição e era um exemplo de audaciosa agressão à liberdade.

Faleceu em Recife, no Hospital Português, em agosto de 1928.

Era casado com Maria da Silva Pedrosa de Andrade.

Publicou no *Jornal do Recife* o texto intitulado “Aos meus amigos”, em que contava sua trajetória como ex-governador. Os discursos que pronunciou no Senado, assim como os de Francisco Rosa e Silva, foram publicados no livro *Em defesa de Pernambuco*.

Vanessa Pereira de Albuquerque

FONTES: Acervo Manoel Borba, CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Apipucos;
Série Documentos Pessoais (Completa); Série Produção Intelectual (Pasta 1 a 4 –
docs. 1 a 24 g 4)